

2ºRTD-RJ - 958020

Emol 376,78/Distrib 13,23/Ler 111/06.19
Módulo/ACOTERJ 9,63/RETJ 78,00
Lei 4.684/06 19,50 / Tot Emol (R\$) 516
PARAM. Vias 3 / Norte(s) 2 / Págs 53
Proc. Estr. N / Averb N / Dito



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, COM
GARANTIAS ADICIONAIS, DA RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.,**

ENTRE

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.,
como Emissora,

PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na qualidade de Agente Fiduciário

E

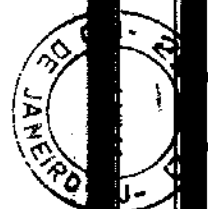
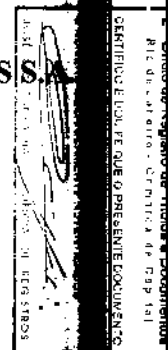
EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO E RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
na qualidade de intervenientes e garantidores

Datada de

15 de junho de 2011

weee
weee
weee

g g
g



REGISTRAR
É SEGURANÇA

SERIE AAA

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, COM
GARANTIAS ADICIONAIS, DA RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.**

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

(a) **RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Mambai, Estado de Goiás, na Rodovia GO 108, km 08, Usinas Santa Edwiges, Caixa Postal n.º 4902, CEP 73950-000, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.365.005/0001-31, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

(b) **PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Avenida das Américas, 4.200, bloco 04, sala 514, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão pública de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas");

e, ainda, como intervenientes e garantidores,

(c) **EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 008968 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob n.º 096.552.981-91, residente e domiciliado na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com escritório na mesma cidade, no SIA Trecho 17, Rua 10, n.º 1080 ("Emival");

(d) **MÔNICA EDWIGES MERHY ALVES RAMOS CAIADO**, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 388122 SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob n.º 225.551.291-20, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com escritório na mesma cidade, no SIA Trecho 17, Rua 1080 ("Mônica"); e

*werre
werre
werre* *g g*

REGISTRAR
E SEGURO

SERIE AAA

(e) **RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na zona rural da Cidade de Alvorada do Norte, Estado de Goiás, na Fazenda Santa Maria Rodovia BR 020, km200 – Direita 3 km, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.932.129/0001-26, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("RC" e, em conjunto com Emival e Mônica, "Garantidores"), sendo os Garantidores, a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes", e individualmente e indistintamente como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "*Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, com Garantias Adicionais, da Rialma Companhia Energética II S.A.*" ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que se regerá pelas cláusulas, termos e condições abaixo dispostos.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, em reunião realizada em 08 de junho de 2011 ("AGE"), nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1.2. A presente Emissão, por não ter sido elaborado Prospecto da Oferta Restrita, está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") nos termos § 1º do Art. 25º, nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas, de 09 de junho de 2010.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

wecc
wecc
wecc

REGISTRAR
E
SEGURANÇA

SERIE AA

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a Emissão e a concessão das respectivas garantias reais pela Emissora será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás ("JUCEG") e publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás e no jornal Folha Regional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão levados a registro (i) na JUCEG, em até 5 (cinco) dias contados de sua assinatura, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) em até 10 (dez) dias contados de sua assinatura em Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio, conforme o caso, de cada uma das Partes, nos termos do art. 129, § 3º, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme posteriormente alterada ("Lei de Registros Públicos").

2.3.2. Em até 5 (cinco) dias úteis após os registros mencionados acima, uma via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário..

2.3.3. Os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão deverão ser igualmente levados a registro (i) na JUCEG; e (ii) em Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio, conforme o caso, de cada uma das Partes, nos termos e prazos previstos na Cláusula 2.3.1 acima.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CEN S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme item 2.4.2. abaixo.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), depois de decorridos (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado (conforme definido abaixo), conforme disposto no Art. 13 da Instrução CVM 476.

weel
weel
weel

REGISTRAR
E SEGURANÇA

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

DE JANEIRO

05.00.20

SERIE AAA

2.4.3. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se a nova oferta for submetida a registro na CVM.

2.5. DO OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

2.5.1. A sociedade tem por objeto a geração e venda de energia elétrica produzida pela PCF Santa Edwiges II, a administração de empreendimentos comerciais no setor de venda e geração de energia elétrica e construção civil.

2.6. DA CONSTITUIÇÃO DAS GARANTIAS REAIS

2.6.1. A liquidação financeira da presente Emissão somente ocorrerá após a devida formalização e constituição das Garantias (abaixo definido), conforme previsto no item 4.1.4.1. abaixo.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma série única.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

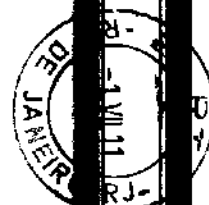
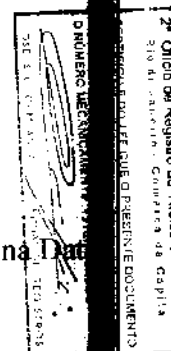
3.2.1. O valor total da Emissão será de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão").

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas até 60 (sessenta) Debêntures.

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Emissão serão integralmente utilizados pela Emissora para (i) o pagamento de dividendos referentes a lucros acumulados da Companhia e a antecipação de dividendos relativos ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2011 (ii) a restituição aos acionistas de parte do valor das ações da Companhia em operação de redenção.



958020 =

SERIE AAA

were
were
were

SS

REGISTRAR
DEBÊNTURAS

capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia; e (iii) realização de mútuos para a RC ou para sociedades controladas pela RC.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

3.6.1. O banco mandatário da Emissão das Debêntures é o ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária das Debêntures é a ITAÚ CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula IV.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º, 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder") sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de acordo com o "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Com Garantia

NOTA DE FISCAL - COM VALOR EM DINHEIRO
O VALOR EM DINHEIRO QUE O PRESENTE DOCUMENTO
REPRESENTA É DE R\$ 95.802,00 (NOventa e cinco mil e oitenta e dois reais)

11-11-11
11-11-11
11-11-11

were
were
were

8
8
8

REGISTRAR
E SEGURO

95.802,00 =

SERIE AA

Adicionais, em regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da Rialma Companhia Energética II S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, em 14 de junho de 2011 ("Contrato de Distribuição" e "Data de Início da Distribuição", respectivamente).

4.1.3. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.3.1. Para os fins desta Cláusula, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM n.º 476 e pela Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos das emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM n.º 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do art. 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) em conjunto, "Investidores Qualificados").

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula.

werc
werc
werc

REGISTRAR
E
SEGURANÇA

SERIE AAA

4.1.5.1. O Coordenador Líder somente efetuará a colocação das Debêntures após (i) o arquivamento da Escritura da Emissão na JUCEG e o seu registro em Registro de Títulos e Documentos da sede ou domicílio, conforme o caso, de cada uma das Partes; (ii) a obtenção do registro do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes; (iii) a averbação da Alienação Fiduciária de Ações (abaixo definido) no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora; e (iv) a obtenção do registro do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes.

4.1.5.2. O Coordenador Líder e/ou a Emissora disponibilizará(ão) ao Agente Fiduciário previamente à liquidação financeira das Debêntures, via original de cada um dos documentos listados no item 4.1.5.1 acima, devidamente arquivados e registrados.

4.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente da ordem cronológica.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

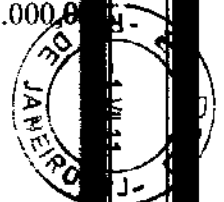
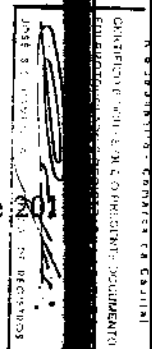
4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de junho de 2011 ("Data de Emissão").

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. CONVERSIBILIDADE, FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de



were
were
were

REGISTRAR
SEGURANÇA

SERIE AA

depósito emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta, extrato em nome dos Debenturistas, que igualmente servirá de comprovante de titularidade.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com Garantia Real, em razão da Alienação Fiduciária de Ações (abaixo definido), e terá garantias adicionais, conforme estabelecido no item 4.6. abaixo.

4.6. GARANTIAS

4.6.1. As Debêntures terão as seguintes garantias ("Instrumentos de Garantia" ou "Garantias"):

I. Garantia Real para fins de determinação da espécie das Debêntures (conforme item 4.5 acima): alienação Fiduciária em garantia de 21.335.936 (vinte e um milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e seis) ações ordinárias e nominativas de emissão da Emissora representativas, nesta data, de 100% (cem por cento) do capital social da Emissora ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), de titularidade da RC, incluindo as ações a serem eventualmente emitidas em futuros aumentos de capital da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", firmado nesta data entre a RC e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora ("Alienação Fiduciária de Ações"). O patrimônio líquido da Emissora em 31 de dezembro de 2010 era de R\$28.451.214,00 (vinte e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e duzentos e quatorze reais), tendo sido este valor apurado conforme o Balanço Patrimonial da Emissora em 31 de dezembro de 2010. A Alienação Fiduciária de Ações será formalizada por meio da anotação no registro no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora e do registro do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" nos competentes cartórios de títulos e documentos da sede das partes, antes da Data de Liquidação (abaixo definido), na forma da Alienação Fiduciária de Ações.

II. Garantia Real Adicional (não utilizada para fins de determinação da espécie das Debêntures): cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças", a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência do banco depositário, tais direitos creditórios ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); e

werc
werc
werc

REGISTRAR
E SEGURANÇA

95.9020

SERIE AAAAA

III. Garantia Fidejussória: as Debêntures contam com garantia de fiança dos Garantidores, na qualidade de devedores solidários de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula IX abaixo ("Fiança").

4.6.2. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias, podendo o Agente Fiduciário executar ou executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente para o fim de amortizar ou liquidar as Debêntures, ficando ainda estabelecido que a excussão ou execução de qualquer das Garantias independe de qualquer providência preliminar por parte do Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

4.7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário, acrescidos da Remuneração (conforme definido no item 4.11) das Debêntures desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, sendo que a subscrição das Debêntures poderá ocorrer em qualquer momento até a data limite de 27 de setembro de 2011. A data de subscrição e integralização será a "Data de Liquidação".

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.8. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.8.1. As Debêntures terão prazo vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2016, observadas as hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme definido no item 4.13. abaixo, ou de resgate antecipado das Debêntures, conforme as hipóteses previstas no item 4.15. abaixo ("Data de Vencimento").

4.9. ATUALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. As Debêntures não serão atualizadas monetariamente.

4.10. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.10.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 57 parcelas mensais sucessivas, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2011, de acordo com

wecc
wecc
wecc

96 98
98

REGISTRAR
E SEGURANÇA

95.8020 =

SERIE AA

cronograma de amortização contido no Anexo A à presente Escritura de Emissão ("Datas de Amortização").

4.11. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.11.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, na data de início da capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

wee
wee
wee

90 90

REGISTRAR
E SEGURO

SERIE AAT

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = Número total de Taxas DI Over consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro.

p = Percentual aplicado sobre a Taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais, equivalente a 100,0 (cem).

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left[1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right]$ deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" ou "FatorSpread" com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

FatorSpread = Spread ou sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

wercc
wercc
wercc

90 90 90

REGISTRAR
E SEGURANÇA

RECEBUE E MULTA QUE O PRESENTE DOCUMENTO

DE JANEIRO

05.0020

SERIE AAA

$$\frac{\text{Fator Spread}}{\text{Spread}} = \left[\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

Spread – 4,0000 (quatro).

DP = É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo “*DP*” um número inteiro.

4.11.2. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.12. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.12.1. O pagamento da Remuneração será feito em parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de outubro de 2011, de acordo com o cronograma de pagamento de Remuneração contido no Anexo A à presente Escritura de Emissão (“Datas de Pagamento de Remuneração”, sendo que as Datas de Amortização e as Datas de Pagamento de Remuneração serão denominadas, indistintamente, “Data de Pagamento”).

4.12.1.1. Fará jus à Remuneração o Debenturista que assim conste (i) nos controles da Instituição Depositária, ou (ii) na custódia na CETIP. Em qualquer dos casos, terá direito ao recebimento o Debenturista que, no encerramento do dia útil imediatamente anterior à data de seu pagamento, figurar como titular deste ativo.

4.12.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, na apuração de TDIk a que se refere o item 4.11.1 acima, a última taxa DIk divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DIk que seria aplicável.

WERC
WERC
WERC
REGISTRAR
REGISTRAR

SERIE AAA

4.12.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis ("Período de Ausência da Taxa DI") contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros a que se refere o item 4.11.1. acima quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação da Taxa Substitutiva.

4.12.3.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.12.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a alternativa escolhida (para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou que sejam pertencentes aos seus controladores ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau):

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou

WERC
WERC
WERC

90 90 90

REGISTRAR
E SEGURANÇA

SERIE AAA

(b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo remanescente das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão observado que, até a amortização integral das Debêntures poderá ser utilizada uma taxa alternativa à última Taxa DI disponível. O referido cronograma e a taxa alternativa precisam ser necessariamente aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis. Caso a taxa alternativa seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.12.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio da Instituição Depositária para o Debenturista que não esteja com a Debênture depositada em custódia vinculada no SND.

4.13. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.13.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar, acrescido da Remuneração, devido desde a data da Emissão, ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Vencimento Antecipado"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão;
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Instrumentos de Garantia, que não sejam devidamente sanado no prazo de remediação específico, se houver ou, não havendo, no prazo de 5 (cinco) dias contado do respectivo inadimplemento;
- (c) relativamente a qualquer das Garantias: (i) caso qualquer das Garantias seja objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores, ou por qualquer terceiro e seja anulada, ou, de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida, arrestada, sequestrada ou penhorada; (ii) caso a constituição de quaisquer dos Instrumentos de Garantia não seja comprovada ao Agente Fiduciário nos prazos nela

werc
werc
werc

g g g

REGISTRAR
E SEGURANÇA

SERIE AAA

previstos; (iii) conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital (exceto a realização dos atos previstos no item 3.4.1. desta Escritura de Emissão), ou constituição de qualquer ônus (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos desta alínea, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer das Garantias; ou (iv) caso a ANEEL, por qualquer razão, e por qualquer meio, desconstitua e/ou invalide qualquer das Garantias;

- (d) (i) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da RC; (ii) morte ou incapacidade de qualquer dos Garantidores, sem que seja aprovado substituto pelos Debenturistas no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento, salvo no caso de morte de Emival, hipótese em que fica aprovada a assunção da fiança pelos herdeiros de Emival, desde que estes herdem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do seu espólio; (iii) decretação de falência ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores; (iv) pedido de autofalência ou de insolvência formulado pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores; (v) pedido de falência ou insolvência da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores, formulado por terceiros, desde que não seja elidido no prazo legal; (vi) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora ou pela RC independentemente do deferimento do seu processamento ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (vii) recuperação extrajudicial formulado pela Emissora ou pela RC a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido deferida ou obtida homologação judicial do referido plano pela Emissora e/ou pela RC;
- (e) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora ou por qualquer dos Garantidores, das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (f) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora de qualquer sociedade controlada por qualquer dos Garantidores e/ou de qualquer dos Garantidores, e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Devedora e/ou de qualquer dos Garantidores, em valor igual ou superior em montante individual ou agregado, em qualquer dos casos, a R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (g) alteração, com relação a esta data, do objeto social e/ou dos negócios desenvolvidos pela Emissora e/ou pela RC (exceto, exclusivamente em relação à RC, alteração que não comprometa a sua capacidade de honrar as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão), sem a prévia anuência dos Debenturistas;

well
werre
werre

REGISTRAR
DE SEGURANÇA

SERIE AAA

- (h) mudança, voluntária ou involuntária, sem a prévia anuência dos Debenturistas, do controle societário da Devedora e/ou da RC Participações;
- (i) cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo (exceto a realização dos atos previstos no item 3.4.1. desta Escritura de Emissão), locação, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital (exceto a realização dos atos previstos no item 3.4.1. desta Escritura de Emissão), ou constituição de qualquer ônus (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos desta alínea, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer das Ações Alienadas Fiduciariamente e/ou dos direitos a estas inerentes;
- (j) comprovação de que qualquer declaração prestada pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão ou de qualquer dos Instrumentos de Garantia estava incorreta em qualquer aspecto relevante quando prestada e tal condição (se possível de ser sanada) não for sanada no prazo de até 30 (trinta) dias contados do que ocorrer primeiro entre (a) a data em que a Emissora ou qualquer dos Garantidores tenha conhecimento da incorreção; ou (b) a data em que a Emissora ou qualquer dos Garantidores receba aviso por escrito neste sentido do Agente Fiduciário;
- (k) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer dos Garantidores, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, em qualquer dos casos, a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), que não for quitado ou sustado no prazo de até 5 (cinco) dias contado da sua efetivação;
- (l) decisão judicial determinando a execução judicial de títulos contra a Emissora ou qualquer dos Garantidores, exceto se a Emissora e/ou os Garantidores, conforme o caso, liquidar(em) a dívida no prazo estipulado judicialmente ou não garantir(em) o juízo;
- (m) arresto, seqüestro ou penhora de bens da Emissora ou de qualquer dos Garantidores, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (n) concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei n.º 8.397, de 6 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição alienação de ativos de titularidade da Emissora ou qualquer dos Garantidores;
- (o) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 223 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) redução do capital social da Emissora sem prévia aprovação dos Debenturistas, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto com relação à redução de capital prevista no item 3.4.1. desta Escritura de Emissão;
- (q) incorporação, fusão ou cisão ou qualquer outra operação com efeito similar envolvendo a Emissora e/ou a RC (exceto, com exclusividade com relação à RC, a cisão parcial de se

WERC
WERC
WERC

REGISTRAR
E
SEGURANÇA

SERIE AAA

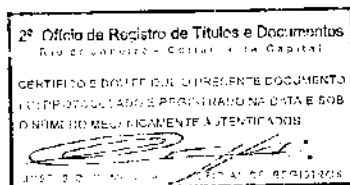
- patrimônio, desde que as sociedades resultantes da cisão permaneçam como garantidoras da Emissora, nos mesmos termos estabelecidos na Cláusula IX abaixo, vedada a cisão parcial relativa ao investimento da Rialma Companhia Energética III S.A.), sem a prévia aprovação dos Debenturistas, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, incluindo os dividendos obrigatórios previstos no estatuto social da Emissora, exceto pela distribuição de dividendos prevista no item 3.4.1. desta Escritura de Emissão;
- (s) realização de qualquer tipo de mútuo financeiro, da Emissora para suas coligadas, controladas (se houver) ou para a RC, em montante superior à soma do Valor Nominal Unitário das Debêntures subscritas, reduzido em R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (t) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive ambientais, exigidas pelos órgãos competentes, que afete de forma adversa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se a não renovação decorrer exclusivamente de atraso do órgão competente, desde que a Emissora comprove ter solicitado a referida renovação no respectivo prazo legal;
- (u) perda, cancelamento ou revogação, por qualquer motivo, da autorização de que a Emissora é titular para exploração da PCH Santa Edwiges II;
- (v) caso a Emissora dê em garantia e/ou onere, por qualquer forma ou meio, os bens e instalações da PCH Santa Edwiges II, sem a prévia anuência dos Debenturistas; ou
- (w) não observância, pela Emissora, de qualquer um dos seguintes índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social encerrado em 31 de dezembro, a serem verificados pelo Agente Fiduciário ("Índices Financeiros"): (i) relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 4,0 (quatro inteiros) vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011; 3,0 (três inteiros) vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes para o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2013; 2,0 (dois inteiros) vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 (um inteiro e dois décimos) para todos os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro a partir da Data de Emissão. Para os fins desta alínea "Dívida Líquida": significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo as Debêntures em Circulação, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, diminuído do somatório de disponibilidades; "EBITDA": significa o valor calculado, pelo regime de competência, durante os 12 (doze) meses anteriores, igual à soma das receitas totais líquidas, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados; (ii) custo

werc
werc
werc

g g g

REGISTRAR
E SEGURANÇA

SERIE AAA



SERIE A

958020

REGISTRO
É SEGURANÇA

dos produtos vendidos; e (iii) despesas administrativas; e "Índice de Cobertura do Serviço da Dívida": significa o índice obtido pela divisão (a) da soma da geração de caixa operacional (assim considerada o EBITDA, deduzido da variação no capital de giro da Emissora e da soma do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Emissora) e do caixa e equivalentes de caixa da Emissora pelo (b) serviço da dívida representada pelas Debêntures (assim considerada a soma do Valor Nominal Unitário das Debêntures e sua Remuneração).

4.13.1.1. Para fins do disposto na alínea (w) do item 4.13.1. acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados pela Emissora e revisados pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora, referentes ao encerramento de exercício de cada exercício social, auditados pelos auditores independentes da Emissora. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 90 (noventa) dias do encerramento dos respectivos exercícios sociais juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, atestando sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciária, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.13.2. Observado o item 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (d), (e), (f), (h), (i), (l), (o), (p), (q), (r), (s), (u) e (v) do item 4.13.1. acima, resultar no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora ("Vencimento Antecipado Automático").

4.13.3. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

4.13.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (g), (j), (k), (m), (n), (t) e (w) do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá notificar os Debenturistas, dentro de até 5 (cinco) dias corridos da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que estes, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, possam deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures ("Deliberação sobre Vencimento Antecipado"), se assim

WERC
WERC
WERCJS
JS
JS

for deliberado por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

4.13.5. Para fins da alínea (d) do item 4.13.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.14. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.13. acima, a Emissora e os Garantidores obrigam-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário a amortizar acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora e aos Garantidores através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula X desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.16.

4.14.2. Caso ocorra o pagamento decorrente do Vencimento Antecipado, a Emissora deverá comunicar a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.15. RESGATE ANTECIPADO TOTAL E RESGATE ANTECIPADO PARCIAL

4.15.1. Observados os termos e condições estabelecidos neste item, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, realizar o resgate antecipado obrigatório, total ou parcial, das Debêntures ("Resgate Antecipado Total" e "Resgate Antecipado Parcial", respectivamente, e "Resgate Antecipado" indistintamente). O Resgate Antecipado observará o quanto segue:

(a) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado por meio da publicação de um edital no jornal indicado no item 4.20. abaixo, que conterá as condições do Resgate Antecipado, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data

were
were
were

REGISTRAR
E SEGURANÇA

SERIE AAA

definida para a realização do Resgate Antecipado ("Edital de Resgate Antecipado"), o qual conterá informações sobre: (i) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, sendo que, neste caso, o procedimento para aquisição parcial será mediante sorteio na presença do Agente Fiduciário e a Emissora deverá informar o montante a ser resgatado, nos termos da alínea "c" abaixo; (ii) o prêmio de Resgate Antecipado que, em qualquer das hipóteses acima, será o definido na alínea "b" abaixo, conforme a época de realização do Resgate Antecipado; (iii) a data efetiva para a realização do Resgate Antecipado e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações eventualmente necessárias;

(b) o valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração devida até a data da liquidação do Resgate Antecipado, na forma desta Escritura de Emissão ("Valor de Resgate"); e (ii) do prêmio de resgate, conforme previsto abaixo, incidente sobre o Valor de Resgate:

<u>Época da realização do Resgate Antecipado</u> (a partir da Data de Emissão)	<u>Prêmio de Resgate</u>
Até o 1º (primeiro) ano	0,40%
Após o 1º ano e até o 3º (terceiro) ano	0,45%
Após o 3º (terceiro) ano e até o 4º (quatro) ano	0,40%
Após o 4º (quarto) ano	0,25%

(c) na hipótese de um Resgate Antecipado Parcial, (i) o Valor de Resgate, acrescido do prêmio de resgate acima definido, não poderá ser inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e (ii) o montante das Debêntures que permanecerem em circulação após a realização do Resgate Antecipado Parcial não poderá ser inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(d) na data de liquidação do Resgate Antecipado, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto do Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data;

(e) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Mandatário nas contas correntes indicadas pelos Debenturistas. No caso das Debêntures que estejam custodiadas na CETIP, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal, a CETIP deverá ser notificada pelo

WERC
WERC
WERC

REGISTRAR
E
SEGURANÇA

958020 =

SERIE AAA

Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização; e

(f) no caso do Resgate Antecipado Parcial, para as Debêntures registradas no SND, a operacionalização do Resgate Antecipado Parcial será realizada através de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.15.2. As Debêntures resgatadas deverão ser canceladas pela Emissora.

4.16. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, a qual continuará incidindo sobre os valores em atraso, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a (i) multa moratória de 2% (dois por cento) e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.17. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.17.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão e em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto ao SND. As Debêntures que

wece
wece
wece

REGISTRAR
E SEGURANÇA



SERIE AAA

estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado de Goiás e no jornal Folha Regional, utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM (se for o caso), bem como no site da Emissora (www.rialmassa.com.br), devendo encaminhar a cópia do fato relevante ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias a contar da data de sua publicação.

4.21. REACTUAÇÃO PROGRAMADA

4.21.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.22. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.22.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus honorários os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou não gozasse da respectiva isenção tributária. Da data de envio desta correspondência até a data do efetivo pagamento, o Debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer Debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

wer
wer
wer

**REGISTRAR
È SEGUARANÇA**

SERIE AAA

4.23. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.23.1. Caso a Emissão não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão ou qualquer outro acréscimo.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (b) demonstrativo de cálculo dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea (w) do item 4.13.1. desta Escritura de Emissão, conforme cláusula 4.13.1.1, bem como (c) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, e (d) cópia do documento que comprove a suficiência do patrimônio dos Garantidores em relação ao saldo devedor da Emissão;
- (ii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.13. acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (iii) avisos aos Debenturistas, de fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

WERC
WERC
WERC

WERC
WERC

REGISTRAR
E SEGURO

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rua do Ouvidor, 22 - Maracanã - RJ



- (iv) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra "b" abaixo;
- (v) previamente à liquidação financeira das Debêntures, via original registrada de cada um dos documentos listados no item 4.1.4.1 acima.
- (b) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (c) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão;
- (g) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário, Instituição Depositária, Agente Fiduciário e os serviços da CETIP;
- (h) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoavelmente incorridos e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

WERC
WERC
WERC

[Handwritten signature]

REGISTRAR
E SEGURANÇA

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rua do Ouvidor, 111 - Centro do CEP: 20040-000

SERIE AAA

- (j) manter sua contabilidade atualizada, de forma precisa e completa, e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil"), bem como sujeitar seus registros contábeis a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (k) fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no Art. 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (l) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (m) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários, conforme as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações;
- (n) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4. desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (o) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no Art. 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400");
- (p) franquear acesso ao Agente Fiduciário, durante o horário comercial, dos seus registros contábeis da Emissora, mediante solicitação feita pelo Agente de Fiduciário com 10 (dez) dias de antecedência;
- (q) manter as licenças e autorizações ambientais válidas e em vigor durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (r) informar o Agente Fiduciário, da data em que vier a tomar ciência, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado à Emissora, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma de proteção ambiental ou trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional;

wecc
wecc
wecc

Rg S

REGISTRAR
É SEGURANÇA

006070

- (s) obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas a sua operação, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como a informar ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade; e
- (t) independente de culpa, ressarcir o Agente Fiduciário e os Debenturistas de qualquer quantia que eles sejam compelidos a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Emissora, assim como deverá indenizar o Agente Fiduciário e os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas que este tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios incorridos pelo Agente Fiduciário, e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser utilizados os preços médios de mercado.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal, da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, se necessárias a critério dos Debenturistas;
- (c) despesas razoáveis de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

werre
werre
werre

REGISTRAR
E SEGURANÇA

958020

SERIE AM

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2011
FOLHA 02 DE 02
O Livro de Registro de Títulos e Documentos
O Livro de Registro de Títulos e Documentos
O Livro de Registro de Títulos e Documentos

RIO DE JANEIRO
- 11/01/11
RJ

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere ao item 5.2. acima, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar

wer
wer
wer

g g g

REGISTRAR
E SEGURANÇA

20070

ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação; e

- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

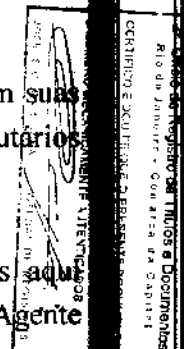
- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e Art. 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Art. 10 da Instrução CVM 28;

werc
werc
werc

G G A

REGISTRAR
E SEGURANÇA

20070-1



- (g) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (k) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (m) está ciente da regulamentação aplicável; e
- (n) verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura de Emissão e na legislação aplicável, a regularidade da constituição das Garantias, tendo em vista as características e procedimentos de constituição que envolvem as referidas Garantias.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Emissora ou por quaisquer dos Garantidores neste Instrumento ou até sua efetiva substituição.

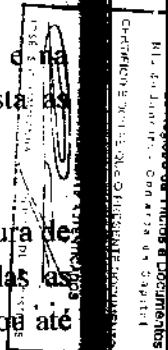
6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

6.4.1 A título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas trimestrais de R\$3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), devida a primeira 5 (cinco) dias após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes.

werc
werc
werc

SS
SS

REGISTRAR
E SEGURANÇA



Serão devidas parcelas trimestrais até a liquidação integral das Debêntures, caso elas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

6.4.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

6.4.3 As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação e pelos preços médios de mercado.

6.4.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.4.5. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2%.

werc
werc
werc

g g g

REGISTRAR
E SEGURANÇA

SERIE AAA

(dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito, ainda, a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, caso superior a um ano, calculado *pro rata die*.

6.4.8. Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL, serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos.

6.4.9. As parcelas da remuneração referenciadas no item 6.4.1 acima serão atualizadas anualmente, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;

wer
wer
wer

ggg

REGISTRAR
E SEGURANÇA

07070707

O NÚMERO MECANOGRAFADO AUTENTICO

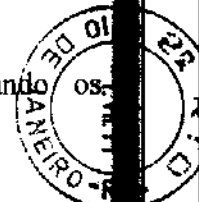
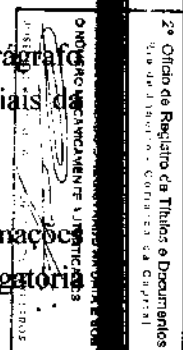
2º. Ofício de Registro de Títulos e Documentos
R. ...
...
...



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar à Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, e desde que seja aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoriedade de prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

wee
wee
wee

g g g



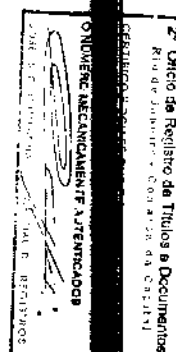
REGISTRAR
E SEGURANÇA

- (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (x) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) sede da Emissora;
 - (ii) sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) CVM;
 - (iv) CETIP; e
 - (v) dependências do Coordenador Líder, conforme por este indicado;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva circular suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e CETIP;

were
were
were

ggg

REGISTRAR
E SEGURANÇA



- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar os Índices Financeiros calculados pela Emissora, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora.

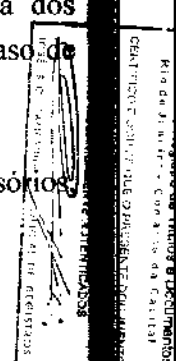
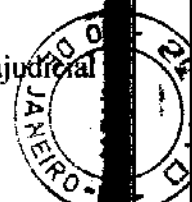
6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.13 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a satisfação dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora; e
- (e) executar a Garantia no pagamento, integral e proporcional, dos Debenturistas.

werre
werre
werre

ggg

REGISTRAR
E SEGURANÇA



6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 6.6. acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação:

- (i) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento se referir a um Vencimento Antecipado Automático (conforme item 4.13.2 desta Escritura de Emissão);
- (ii) de Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (a) do item 6.6. acima, quando o evento de vencimento antecipado for um dos indicados no item 4.13.4. desta Escritura de Emissão;
- (iii) da unanimidade das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada das medidas a que se referem as alíneas (b), (c) ou (e) do item acima; ou
- (iv) de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, no caso da não tomada da medida a que se refere a alínea (d) do item 6.6. acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

wee
wee
wee

ggg

REGISTRAR
E SEGURO

20020720

2º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Rua do Imbuizinho, 100 - Centro - Rio de Janeiro - RJ



6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, conforme disposto no item 6.8.3. acima, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração pelos serviços a serem por este prestados. O valor a ser pago em caso de substituição do Agente Fiduciário será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.

6.8.5. O Agente Fiduciário, se substituído, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias antes de sua efetiva substituição, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções.

6.8.6. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.7. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro (i) de comércio e (ii) de títulos e documentos, conforme disposto no item 2.3.1.

werce
werce
werce

REGISTRAR
E SEGURANÇA

6.8.7.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20. acima.

6.8.7.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.10. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão.

6.11. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.12. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do devido cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos

WERC
WERC
WERC

SS
SS
SS

REGISTRAR
E SEGURANÇA

05.0020

SERIE AAA

aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA VII
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, nos termos do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro do Art. 71 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

WERE
WERE
WERE

999

REGISTRAR
E SEGURANÇA

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário e nas Datas de Pagamento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; e (v) no item 4.13. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, exclusivamente na hipótese em que for necessária a Deliberação sobre Vencimento Antecipado, nos termos do item 4.13.4. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. Não sendo atingido o quórum de deliberação, o Agente Fiduciário deverá decretar, imediatamente, o Vencimento Antecipado.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.12.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas assim definidas no item 4.12.4 acima.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

8.1. A Emissora e os Garantidores declaram e garantem aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, conforme o caso:

- (a) a Emissora é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras.

WERE
WERE
WERE

g
g g

REGISTRAR
E SEGURO

CERTIFICADO DE REGISTRO DE DOCUMENTO
FOLHA 001 DE 001
REGISTRAR E SEGURO

DE
MERO

- (b) estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora e de qualquer dos Garantidores que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e dos Garantidores, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração, os termos e as condições desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem seu estatuto social, conforme o caso; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou quaisquer dos Garantidores seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral a que a Emissora ou quaisquer dos Garantidores estejam sujeitos; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de quaisquer dos Garantidores; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) tem todas as permissões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que sejam relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e/ou em fase de renovação de sua validade;
- (f) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e de quaisquer dos Garantidores representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- (h) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou aos Garantidores;

WERC
WERC
WERC

[Handwritten signature]

REGISTRAR
E SEGURANÇA

220070

- (i) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar à Emissora e aos Garantidores a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e dos Garantidores, executíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1.973, conforme alterada;
- (l) as informações prestadas por ocasião do registro da Oferta Restrita, e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são e serão informações verdadeiras, consistentes, de qualidade e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e dos Garantidores, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (m) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (n) as operações e propriedades da Emissora e dos Garantidores cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;
- (o) não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa ter um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores;
- (p) cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um efeito material adverso à Emissora ou aos Garantidores.

wer
wer
wer

**REGISTRAR
E SEGURANÇA**

070800

2.º **Ofício do Registro de Títulos e Documentos**
Rua do Juazeiro - Caixa Postal 671
CELESTINO DE SOUZA



1

8.1.1. A RC, na qualidade de única acionista da Emissora, declara, ainda, que está ciente e de acordo com o disposto na alínea "r" do item 4.13.1 desta Escritura de Emissão.

8.2. A Emissora e os Garantidores obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1. acima.

8.3. Sem prejuízo do disposto no item 8.2. acima, a Emissora e os Garantidores obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

CLÁUSULA IX
DA FIANÇA DOS GARANTIDORES

9.1. Os Garantidores, Sr. **EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO**, Sra. **MÔNICA EDWIGES MERHY ALVES RAMOS CAIADO** e a **RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, assumem, em caráter irrevogável e irretroatável, a condição de fiadores solidários e principais pagadores do valor total da dívida da Emissora representada pelo Valor Total da Emissão das Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

9.2. O Valor Garantido será pago pelos Garantidores no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza.

9.3. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão ou conforme vier a ser estabelecido pela CETIP.

9.4. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

wer
wer
wer

REGISTRAR
E SEGURANÇA



2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
RUA DE JACAREPAGUÁ, 100 - JACAREPAGUÁ - RJ

9.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança, relativamente ao valor por eles honrado.

9.6. Os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido. No entanto, a fiança permanecerá válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

9.7. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

9.8. Após pagamento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, do Valor Garantido, operar-se-á a quitação automática, irrevogável e irretroatável, das Debêntures, caso em que elas serão consideradas quitadas, liquidadas e extintas de pleno direito, independentemente de qualquer ação ou procedimento adicional.

CLÁUSULA X **NOTIFICAÇÕES**

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A

SIA TRECHO 17, RUA 10, LOTES 1080 e 415

Brasília, DF CEP 71200-228

At.: Sra. Giovana Alves de Ramos Caiado

Telefone: (61) 3298-8800

Fax: (61) 3298-8800

E-mail: giovana@gruporialma.com.br

Para os Garantidores:

EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO

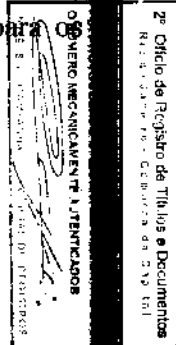
SIA TRECHO 17, RUA 10, LOTES 1080 e 415

Brasília, DF CEP 71200-228

At.: Sra. Giovana Alves de Ramos Caiado

WERC
WERC
WERC

gg
g



REGISTRAR
E SEGURANÇA

SERIE AAA

Telefone: (61) 3298-8800

Fax: (61) 3298-8800

E-mail: giovana@gruporialma.com.br

RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

SIA TRECHO 17, RUA 10, LOTES 1080 e 415

Brasília, DF CEP 71200-228

At.: Sra. Giovana Alves de Ramos Caiado

Telefone: (61) 3298-8800

Fax: (61) 3298-8800

E-mail: giovana@gruporialma.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira / Nathalia Machado

Telefone: (21) 3385-4571 / 3385-4584

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: trustcc@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar

São Paulo, SP CEP 04309-010

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores Mobiliários S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

São Paulo, SP CEP 04538-132

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029 1920

At: Sr. Claudia Vasconcellos

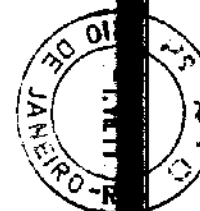
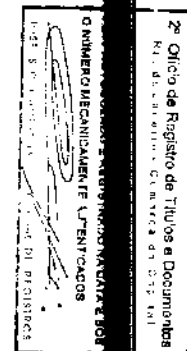
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

were
were
were

gg
g
g



REGISTRAR
E SEGURANÇA

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 1º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP, CEP 01452-001

e

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031-170

www.cetip.com.br

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 10(dez) dias após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado em até 2 (dois) dias úteis da referida mudança. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação da mudança de endereço serão arcados pela parte inadimplente.

CLÁUSULA XI

DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A publicação de editais e/ou avisos aos Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão ficará dispensada quando a totalidade dos Debenturistas estiver presente em Assembleia Geral de Debenturistas que delibere sobre a matéria objeto do edital e/ou do aviso.

11.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, “dia útil” significa qualquer dia que não um sábado, domingo ou um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

11.3. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com o inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

werc
werc
werc

REGISTRAR
E SEGURANÇA

95.9020

SERIE AAA

11.4. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.5. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

11.6. A presente Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA XII

FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, os Garantidores e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 15 de junho de 2011.

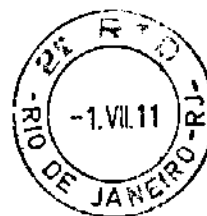
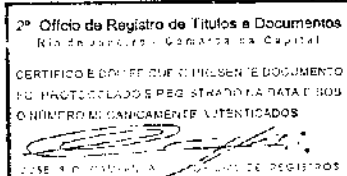
WERC
WERC
WERC

[Handwritten signatures]

REGISTRAR
E SEGURO

958020 =

SERIE AAA



958020

REGISTRA

É SEGURO

(Página de Assinaturas 1/4 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, com Garantias Adicionais, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 15 de junho de 2011)

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA II S.A..

Nome:

RIALMA
COMPANHIA ENERGÉTICA S/A.
Emival Caiado Filho
Diretor Presidente

Cargo:

Nome:

RIALMA COMPANHIA ENERGÉTICA S/A.
Mônica Caiado
Vice Presidente

Cargo:

1º. OFÍCIO DE NOTAS RELEVIL

PROTESTO

N. Bandeirante - M. Bandeira

Emival Moreira de Araujo - Tabelião

RECONHECE, POR AUTENTICAÇÃO, a

sem exame da titularidade da

Assinatura(s) de:

100104391-EMIVAL RAMOS CAIADO FILHO

100139001-MÔNICA CAIADO

ALVES RAMOS CAIADO

Em Testemunho

Brasília-DF, 28 de Junho de 2011

003-EUNICE MOREIRA

ARAÚJO-SUBSTITUTA

Dir.: SALTIL S. SALDANHA DA CUNHA JUN


Selo: T10FT2011017006774

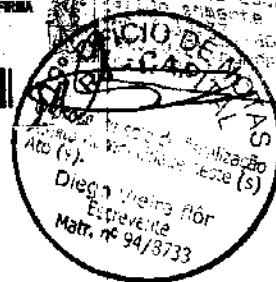
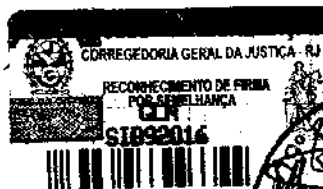
IT10FT20110170067742WFOU

Para consultar selo: www.tidoc.us.br

(Página de Assinaturas 2/4 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, com Garantias Adicionais, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 15 de junho de 2011)

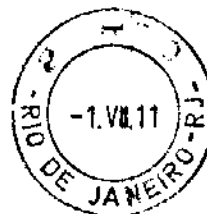
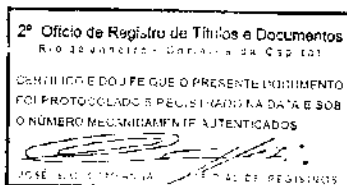
PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Marcelle Santoro**
Cargo: **Procuradora**



REGISTRAR
É SEGURANÇA

958020



SERIE A

958020

REGISTRAR
É SEGURANÇA

(Página de Assinaturas 3/4 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, com Garantias Adicionais, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 15 de junho de 2011)

RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

Nome:

RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Cargo:

Emival Caiado
Diretor Presidente

Nome:

RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Cargo:

Mônica Caiado
Vice Presidente

1º. OFÍCIO DE NOTAS REG. CIVIL E

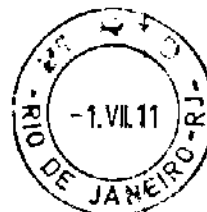
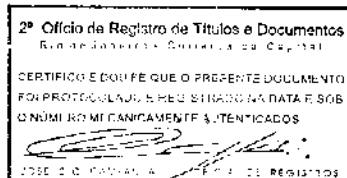
PROTESTO N. Bandeirante - DF
Emival Moreira de Araujo - Belém

RECONHECO por AUTENTICADO, mas
sem exame da titularidade dos direitos

da(s) firma(s) de:
100104293-EMIVAL RAMOS CAIADO LHO.
100179001-MÔNICA EDWIGES MORAES ALVES RAMOS CAIADO

Em Testemunho
Brasília-DF, 28 de Junho de 2011

003-EUNICE MOREIRA
ARAÚJO-SUBSTITUTA
DLS.: WALTER SALDANHA DA COSTA JUNIOR
Selo: TJDF 20110170067740 e
TJDF 20110170067739278H
Para consultar selo: www.tjdft.br



958020

REGISTRAR
ESECUR

(Página de Assinaturas 3/4 da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não em Ações, da Espécie com Garantia Real, em série única, com Garantias Adicionais, da Rialma Companhia Energética II S.A., datada de 15 de junho de 2011)

Emival Ramos Caiado Filho

EMIVAL RAMOS CALADO FILHO

Emival Ramos Caiado Filho

Engenheiro Civil CREA 2505/D 12ª Reg.



Monica Edwiges Merhy Alves Ramos Caiado

MONICA EDWIGES MERHY ALVES
RAMOS CAIADO

Grupo Rialma S/A
Mônica Caiado
Vice-President

TESTEMUNHAS:

Larissa Kunin Chianca
Nome: LARISSA KUNIN CHIANCA
RG: 20.449.248-2
CPF/MF: 122.654.047-30

Panna Saldanha da Costa
Nome: PANNA SALDANHA DA COSTA
RG: 24.841.500-9
CPF/MF: 124.209.477-92

1º. OFFICIO DE NOTAS REG.	
PROTESTO	N. Bandeirante - OF
Emival Moreira de Araújo - belia	
RECONHECO,	por AUTENTICIDA
sem exame da titularidade dos reito	
e(s) firma(s) de:	
1000104294	EMIVAL RAMOS CAIADO
1000139001	MONICA EDWIGES MERHY
ALVES RAMOS CAIADO.	
Em Testemunho	
Brazili - DE 28 de Junho de 2011	
WALTER SALDANHA DA COSTA	
Selo: TJDFT20110170067745	
Selo: TJDFT20110170067744AKTAJ	
Para consulta: www.tjdft.br	

**ANEXO A – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO E DE
REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES**

<u>Parcela</u>	<u>Datas de Amortização e Datas de Pagamento de Remuneração</u>	<u>Percentual do Valor Nominal Unitário de Emissão Amortizado</u>
1	15/10/2011	3,3333%
2	15/11/2011	3,3333%
3	15/12/2011	3,3333%
4	15/01/2012	0,8642%
5	15/02/2012	0,9039%
6	15/03/2012	0,7442%
7	15/04/2012	0,8601%
8	15/05/2012	0,8898%
9	15/06/2012	0,9400%
10	15/07/2012	0,7068%
11	15/08/2012	1,1262%
12	15/09/2012	1,1723%
13	15/10/2012	1,1310%
14	15/11/2012	1,1868%
15	15/12/2012	1,1415%
16	15/01/2013	1,1137%
17	15/02/2013	1,1584%
18	15/03/2013	1,0012%
19	15/04/2013	1,1220%
20	1/05/2013	1,1574%
21	15/06/2013	1,2125%
22	15/07/2013	0,9935%
23	15/08/2013	1,4122%
24	15/09/2013	1,4640%
25	15/10/2013	1,4272%
26	15/11/2013	1,4884%
27	15/12/2013	1,4496%
28	15/01/2014	1,4261%
29	15/02/2014	1,4770%
30	15/03/2014	1,3231%
31	15/04/2014	1,4502%
32	15/05/2014	1,4924%
33	15/06/2014	1,5536%
34	15/07/2014	1,3494%
35	15/08/2014	1,7697%

Gr Gr Gr
were were were

2º OFÍCIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS. ANEXO
AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O
Nº 958020

6	15/09/2014	1,8284%
7	15/10/2014	1,7972%
8	15/11/2014	1,8653%
9	15/12/2014	1,8342%
0	15/01/2015	1,8016%
1	15/02/2015	1,8596%
2	15/03/2015	1,7109%
3	15/04/2015	1,8451%
4	15/05/2015	1,8953%
5	15/06/2015	1,9637%
6	15/07/2015	1,7762%
7	15/08/2015	2,1977%
8	15/09/2015	2,2646%
9	15/10/2015	2,2406%
0	15/11/2015	2,3166%
1	15/12/2015	2,2948%
2	15/01/2016	2,7803%
3	15/02/2016	2,8614%
4	15/03/2016	2,6929%
5	15/04/2016	2,8652%
6	15/05/2016	2,9379%
7	Total	3,0318%
		100%

OFÍCIO DE REGISTRO
DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS. ANEXO
AO DOCUMENTO
MICROFILMADO SOB O
0 5 8 0 2 0

Nº